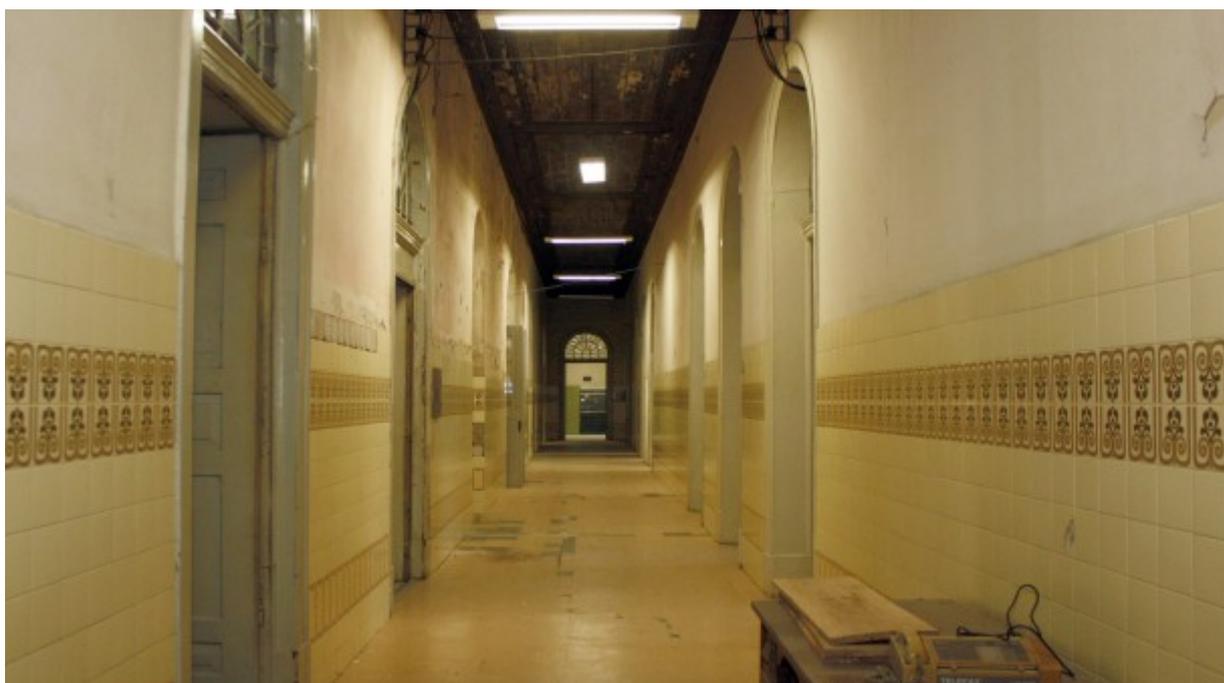


## Promessa de extinguir hospitais psiquiátricos é cumprida lentamente

Segundo o Ministério da Saúde, quase metade dos mais de 50 mil leitos para internação psiquiátrica que existiam em 2001, ano da reforma psiquiátrica no Brasil, ainda funciona.



Hospital Psiquiátrico São Pedro é o primeiro do Rio Grande do Sul

Crédito: Divulgação/Governo do estado do RS

### Por Rodrigo Serpa

Passados 15 anos desde a reforma psiquiátrica no Brasil, ainda há divergências sobre a melhor forma de tratar pacientes com transtornos mentais, especialmente os casos mais graves. Em vigor desde 2001, a lei que trata da reforma prevê o fim da lógica dos manicômios e propõe um tratamento mais humanizado que preze pela integração do paciente.

O poder público se comprometeu a extinguir leitos em hospitais psiquiátricos e substituí-los por leitos em hospitais gerais. Essa mudança, no entanto, ainda é lenta. Segundo o Ministério da Saúde, quase metade dos mais de 50 mil leitos para internação psiquiátrica que existiam em 2001 ainda funciona. Ao todo, existem 160 hospitais psiquiátricos públicos distribuídos em 22 estados e no Distrito Federal.

A psicóloga Semíramis Vedovatto, integrante do Conselho Federal de Psicologia, afirma que casos mais graves, que comprometem a integridade do paciente e das pessoas que convivem com ele, necessitam de internação. Ela ressalta, no entanto, que a partir da reforma psiquiátrica, essa medida deve ser a exceção, e não a regra.

A principal medida para tentar mudar esse cenário foi a criação dos Centros de Ação Psicossocial, os CAPS. São unidades públicas especializadas no tratamento e na reinserção social de pacientes com transtorno mental grave e contínuo. Nesses locais, diariamente, os pacientes têm acesso a assistência médica, terapia e participam de programas de capacitação para geração de renda.

Quando o paciente não tem onde morar, pode ficar nas chamadas residências terapêuticas. Atualmente, existem 620 residências, vinculadas a cerca de 2,5 mil CAPs em todo o país. O Instituto de Saúde Mental do Distrito Federal abriga um Centro referência, que realiza quase três mil atendimentos por mês.

Das oficinas de arte e música já saíram boas experiências, como a do poeta/artesão Samuel Magalhães. Ele usa as lembranças dos dias em que viveu no local para manter vivo o debate sobre saúde mental.

A adaptação às novas formas de tratamento esbarra também em problemas políticos e estruturais. Um exemplo é a nomeação de Valencius Wurch para a Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. Ele foi diretor de um dos maiores e mais polêmicos manicômios do Brasil, fechado em 2012 por violações aos direitos humanos e maus tratos aos pacientes. Ele alega que não era mais diretor do local à época da interdição. Após pressão de movimentos da luta antimanicomial, Valencius acabou exonerado no início de maio, e o cargo no Ministério da Saúde segue vago até hoje. Para a psicóloga Ingrid Quintão, integrante do movimento pró-saúde mental, o episódio reacendeu a discussão em torno da modernização do sistema.

Como forma de indenizar pacientes submetidos a um longo período de internação em manicômios, o governo federal criou em 2003 o programa de Volta para Casa, que dá um auxílio de R\$ 412 por mês. Atualmente, no entanto, pouco mais de quatro mil pessoas recebem o benefício no país.

Para ouvir o áudio da notícia, acesse: <http://cbn.globo.com/series/reforma-psiquiatrica-15-anos-depois/2016/06/27/PROMESSA-DE-EXTINGUIR-HOSPITAIS-PSIQUIATRICOS-E-CUMPRIDA-LENTAMENTE.htm>